

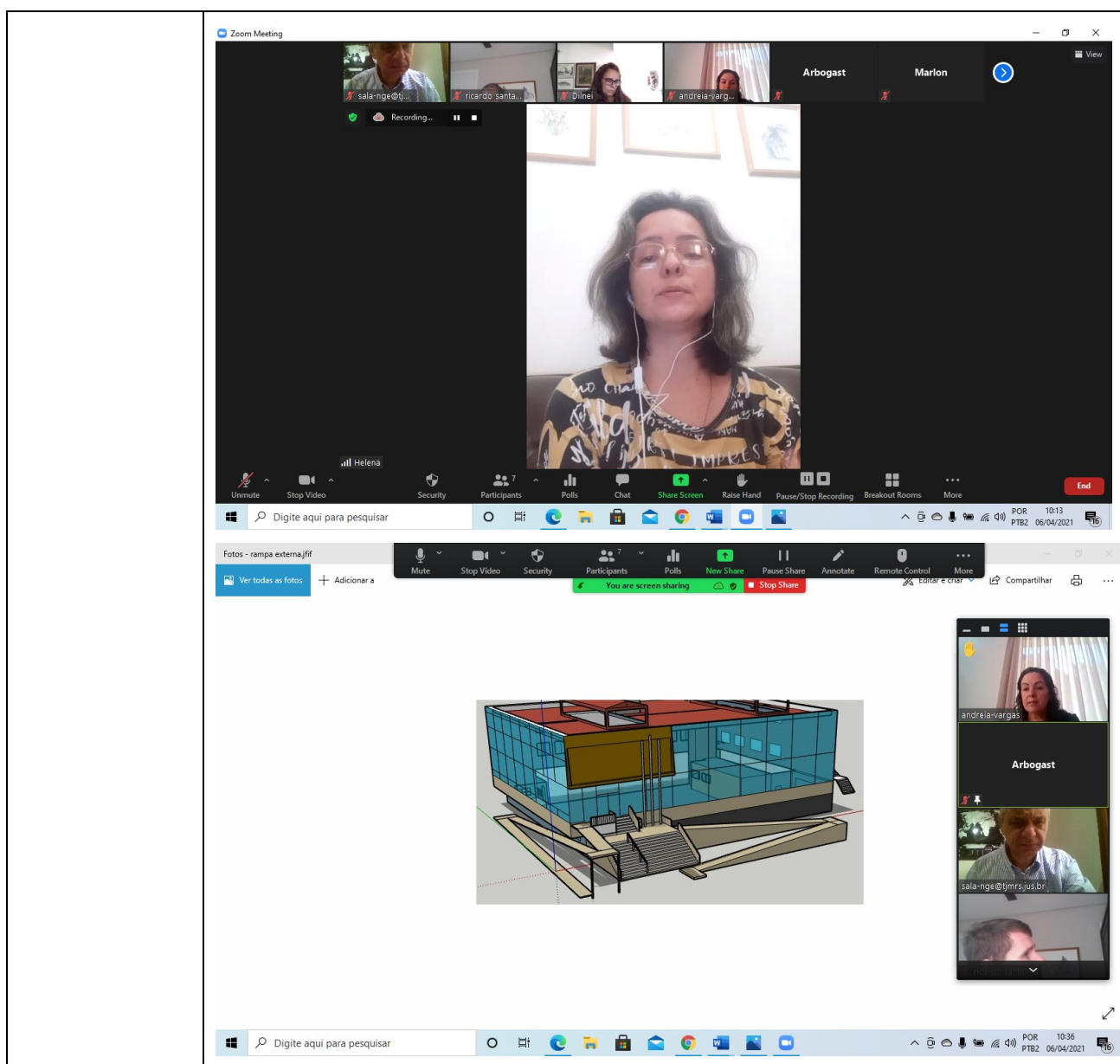


ATA DE REUNIÃO

Título	1ª Reunião do Comitê de Acessibilidade do ano de 2021
Data	06/04/2021 – 10h
Local	Plataforma virtual - Zoom
Participantes	Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva Juiz Alexandre Aronne de Abreu José Carlos Albino Andréia Consoladora Vargas Ricardo Toffani Santana Helena Machado Medina Joao Gilberto Aborgast Fontoura
Imagens	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



APRESENTAÇÃO E ABERTURA

A reunião foi aberta pela Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, presidente da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que inicialmente deu as boas vindas aos presentes.



DELIBERAÇÕES

- Relato da pesquisa da Helena sobre projetos que são desenvolvidos por outros Tribunais na área de Acessibilidade;

- Relato do Arbogast sobre as reformas dos banheiros.

- Planejamento estratégico (ações de acessibilidade);

- Apresentação das fotos dos serviços já executados no TJM/RS.

Após a apresentação dos assuntos que seriam discutidos na reunião, o Coronel passa a palavra para a Dr^a. Helena.

A Dr^a. Helena começa a relatar sobre sua pesquisa, a mesma pesquisou junto com o Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região. O Tribunal disponibiliza vídeos educacionais sobre capacitação, inclusão de deficientes visuais na sociedade entre outros. Também promovem cursos EAD de acessibilidade e inclusão no ambiente jurídico e círculo de leitura online, abordando o tema “deficiência”. O TRT promoveu e divulgou eventos EADs com o tópico de autismo e o evento de Encontro Nacional de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão na Justiça do Trabalho. O Tribunal promove a cada dois anos um encontro com servidores que possuem algum tipo de deficiência. Com base nesse encontro, algumas medidas foram tomadas para que o local tenha mais acessibilidade, como: Contratação de intérprete de Libras durante o segundo encontro dos servidores com deficiência, disponibilização de cotas em braile da programação do segundo encontro dos servidores, dentre outros. A partir de 2021, em reunião realizada com os integrantes da escola judicial referido ao programa de logística sustentável do TRT, foi elencado diversas ações de melhorias relacionadas à acessibilidade das pessoas com deficiência aos cursos que incluem acessibilidade física e digital, entre elas: Ampliar a oferta de intérprete de libras em eventos, promover a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência, promover à acessibilidade do ambiente virtual de aprendizagem da escola judicial, solicitar o estudo de viabilidade técnica e orçamentaria para a melhoria da acessibilidade à pessoas com deficiência, promover a edição anual do fórum em defesa da inclusão, legendar os vídeos produzidos pelo núcleo de EAD para os cursos à distância na escola



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

judicial e oferecer para ao menos uma turma do curso EAD e acessibilidade e inclusão ao ambiente jurídico. A estrutura do local tenta disponibilizar o máximo de acessibilidade, como: Rampa de acesso, vaga reservada para as pessoas com deficiência, existência de degrau de acesso, entre outras condições. Após o término do relato da Dr^a Helena, os demais participantes debatem sobre os projetos de acessibilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região de podem ser utilizados no Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, algumas medidas já foram adotadas para maior acessibilidade.

A desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, após a explanação da Helena, menciona que eles têm uma gama de ações imensa e também tem verbas para executar e uma estrutura que é muito maior que a nossa inclusive logística prédio e tudo diferente, acho que a gente tem que fazer uma adaptação no que tem ai para nós, algumas coisas já foram executadas, seria interessante encaminhar para o presidente uma proposta de Resolução para se estabelece metas e ações para nosso TJM, incluindo as coisas que já foram feitas, o que o senhor acha Coronel?

O Coronel Albino pediu para que, se possível, a Dr^a Helena pudesse destacar às medidas que podem ser usadas no TJM.

O Coronel revela que alguns projetos de acessibilidade que foram elencados no ano de 2020 já foram executados, como: Banheiro com maior acessibilidade.

Então, o senhor Arbogast começa a relatar sobre à conclusão do projeto do banheiro com maior acessibilidade. Arbogast relata que foram instaladas barras de auxílio a pessoas com deficiência conforme a NBR de acessibilidade, vasos sanitários com maior acessibilidade, porta do banheiro, pia mais acessível dentre outras mudanças... O mesmo diz que o banheiro mais acessível para pessoas com deficiência física (cadeirantes), porém, não tanto para pessoas com deficiências visuais.

A Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva finaliza o assunto com a sugestão para implementar o piso tátil de imediato e também a compra e uso elevadores acessíveis e plataforma/cadeira elevatória para escadas.

A Andréia comenta sobre a possibilidade de uso da rampa, para maior acessibilidade para deficientes físicos para ingressar no TJM/POA. A mesma relata que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

deficientes físicos entram pelos fundos do TJM e não pela porta principal. Andréia reforça a importância da implementação da rampa, finaliza propondo o uso de piso tátil em outros Tribunais, como na Auditoria de Santa Maria ou Passo Fundo. Tendo em vista que a infraestrutura do TJM de Porto Alegre não seja adequada para a colocação do piso tátil.

O Coronel, então, comenta sobre a pauta da reunião: Planejamento estratégico. Foram elencadas algumas sugestões, como: Promover a acessibilidade no ambiente virtual, disponibilizando ferramentas para a leitura de telas fornecidas sob demanda dos usuários e também promover a acessibilidade nas estruturas físicas e funcionais dos imóveis do JME. Podem-se incluir alguns projetos que foram apresentados na pesquisa da Dr^a Helena e outras ideias que foram discutidas durante a reunião.

Arbogast conta que no TJM está tudo conforme NBR Acessibilidade, exceto o piso tátil.

ENCERRAMENTO

A Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva questiona se é não é viável colocar o piso tátil de imediato e Arbogast diz que precisa fazer o projeto pra contratar a empresa para a construção do mesmo. No final da reunião, volta-se o assunto da implementação de cadeira/plataforma elevatória e elevador acessível.

Metas para a próxima reunião:

- Fazer contato com as auditorias do interior;
- Elaboração de uma resolução;

Por fim, deixamos marcado a próxima reunião para o dia 13/04/2021 as 10h, agradeceu a presença e empenho de todos, encerrando os trabalhos às 11h, mandando que fosse lavrada a presente ata, por mim, Andréia Consoladora Vargas, servindo de secretária *ah doc*, sendo que após lida será assinada por quem de direito.